

UMA ANÁLISE METODOLÓGICA DA OBRA “A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE” DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Ana Ligia dos Santos

Estudante de graduação em Geografia da Universidade de São Paulo

Endereço eletrônico: analigias@rocketmail.com

Teoría, historia y metodología de la Geografía

Resumo

Este é um estudo de análise metodológica da obra de Manuel Correia de Andrade - “A terra e o homem no nordeste”, lançado em 1963 que foi uma grande obra para representar e reconhecer o nordeste brasileiro, quando ainda se recordava de um nordeste colonial. Houve uma contribuição da escola vidaliana, com seu conceito de região, na qual é localizado e limitado o nordeste em sua geografia política, econômica, social e física. Além disso, nota-se o fundamento positivista, advindo principalmente da aceitação de uma metodologia de pesquisa oriunda das ciências naturais. Foi proposto também o método empírico-indutivo, no qual só se formulam juízos a partir dos dados da observação direta, ou seja, somente é considerada verdade aquilo que pode ser comprovado com o uso dos sentidos.

A grande característica da Geografia Regional de Manuel Correia de Andrade é a definição do Nordeste segundo o clima e a ocupação do solo por meio da economia, além de manter a tônica descritiva e empirista.

A demonstração da sociedade e sua relação, os modos de produção, as culturas da região, mostram a influência do conceito de região econômica, que foi muito utilizado por Pierre George. O estudo do modo de produção gera as referências para analisar os paradigmas da relação do homem com o nordeste. E inclui o conceito marxista em suas definições, fala da representação das regiões, da comunidade, deixando claro que este sofreu a mudança da geografia tradicional que não dava mais conta de analisar as transformações ocorridas no tempo.

Assim no texto se faz uma exposição das mudanças de metodologia que o autor vai sofrendo enquanto constrói as ideias para sua tese. Dando uma ênfase especial à paisagem chamando atenção para atividades econômicas, trazendo um compromisso maior com a totalidade e com o conhecimento mais aprofundado da paisagem, valorizando um conceito que vinha caindo em desuso.

Tento também um destaque para os agravamentos das condições de vida do homem do campo e as condições precárias de abastecimento das grandes cidades. E que a partir de 1960 que foram criadas superintendências para cuidar do uso e ocupação do nordeste, porém nenhuma das medidas planejadas tinham efetivado seu objetivo.

O que é frisado e explicado pelo autor no final do livro como as tentativas de solução da questão agrária no nordeste através dos planos de colonização, das ligas camponesas e a política do Estado.

PALAVRAS- CHAVES: metodologia, questão agrária, nordeste brasileiro, homem e campo.

O estudo que é embasado este trabalho foi “A terra e o homem no Nordeste”, lançado em 1963, por Manuel Correia de Andrade. Nesta obra desenvolveu o tema das relações de trabalho no meio rural do Nordeste, acentuando as implicações sociais da forma de ocupação e a orientação no sentido da necessidade de uma reforma agrária.

Ainda que a reforma agrária não aprofunde a amplitude que a questão agrária expõe que domina o âmbito da vida que vão desde a luta pela terra, as ocupações urbanas, ao agronegócio e a expansão do modo de produção capitalista de produção no campo, como abordado por OLIVEIRA (2007).

As preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho no meio rural, contribuíram para caracterizar uma geografia, na qual a preocupação maior era voltada aos problemas de produção, mercado, produtividade e rentabilidade.

Os estudos agrários, porém levaram os geógrafos a observar que na exploração rural, as atividades desenvolvidas não eram apenas aquelas ligadas à agricultura, mas também ligadas às atividades industriais, comerciais e a partir dos anos cinquenta, as de lazer. Via-se, então, que a geografia agrária ou agrícola não contribuía para uma visão da totalidade da paisagem rural e procurou-se aprofundar essa visão de paisagem existente, a fim de analisar as várias formas de utilização do meio rural.

Havia uma contribuição da escola vidaliana, com seu conceito de região, na qual é localizado e limitado o nordeste em sua geografia política, econômica, social e física. Além disso, nota-se o fundamento positivista, advindo principalmente da aceitação de uma metodologia de pesquisa oriunda das ciências naturais. Foi proposto também o método empírico-indutivo, no qual só se formulam juízos a partir dos dados da observação direta, ou seja, somente é considerada verdade aquilo que pode ser comprovado com o uso dos sentidos. La Blache reconheceu a participação humana, porém mesmo com a influência da ciência histórica, prevaleceu o naturalismo em seu pensamento.

No primeiro capítulo, se faz uma apresentação do objetivo da tese e qual foram os métodos utilizados para fazer este estudo, sendo exposto o convite de alguns colegas de trabalho que incentivaram nosso autor a realizar a obra.

No segundo capítulo, delimita territorialmente o objeto, o Nordeste, faz análises naturais, as quais levam o autor a subdividir o objeto em três grandes regiões: Zona da Mata, Agreste e Sertão. Finaliza demonstrando relação entre dados populacionais e territoriais e a ocupação do solo.

A grande característica da Geografia Regional de Manuel Correia de Andrade é a definição do Nordeste segundo o clima e a ocupação do solo por meio da economia, além de manter a tônica descritiva e empirista.

“No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa ao homem, é o clima, através do regime pluvial, e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a ‘zona da Mata’ com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca – do Sertão, também quente, porém, seco e não só seco como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra firma-se uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alterando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Daí, dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente mas que, política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura.”(ANDRADE,1963, p.6-7)

No terceiro capítulo é dedicado a uma abordagem histórica, descreve desde antes da colonização, quando havia escambo entre o nativo das novas terras conhecidas pelos europeus e portugueses e franceses até cerca de 1960. Aborda sua produção econômica de cana-de-açúcar com as necessidades de mão de obra, a qual primeiramente foi imposta pela escravidão do nativo, depois do negro e a exploração, nos atuais dias, do trabalhador livre. A cana-de-açúcar foi e é o produto mais cultivado na Região da Mata, mas também o algodão e a pecuária foram produtos complementares;

no Litoral Oriental prevalece o cômô e nas proximidades do Rio São Francisco, o arroz, neste trecho do livro observa-se o ritmo linear do método descritivo.

Constatam-se alguns traços da teoria Positivismo, que associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Como os estágios de desenvolvimento dos povos locais fossem justificativas para planos de (re) colonização.

“Os índios não satisfaziam a essa necessidade de mão de obra; inicialmente eram pouco numerosos e as guerras e a migração para o interior contribuía seriamente para diminuí-los. Além disso, o seu desenvolvimento cultural não havia atingido, ainda, a fase de agricultura sedentária de vez que na época do descobrimento ainda se alimentavam, sobretudo, dos produtos da coleta, da caça e da pesca. Ainda mais, conhecendo bem a região fugiam facilmente para a mata onde se alimentavam dos produtos fornecidos pela floresta...” (ANDRADE,1963,p.57-58); “Os portugueses, porém, se defrontaram com uma terra desconhecida, inculta e habitada por indígenas que se achavam em plena idade da pedra...”(ANDRADE, 1963, p.60)

Mas com certeza é uma geografia de denúncia que predomina no terceiro capítulo: “Os moradores, em geral mestiços que viviam nos engenhos, constituía uma elevada percentagem da população rural livre. Geralmente conseguiam dos senhores-de-engenho autorização para desbravar um pequeno pedaço de mato e estabelecer uma choupana e um roçado. Choupana excessivamente pobre, coberta de folhas e onde os únicos bens existentes eram esteiras e panelas de barro...” (ANDRADE, 1963, p.78)

Seguido da forma como os homens do campo são onde de tudo, suma resistência por vivem em lugares tão adversos a sobrevivência humana.

“As condições de vida eram difíceis, os salários baixos e os gêneros, para o valor da moeda de então, eram caros. Havia, porém, os roçados, os ‘sítios’, onde no inverno, se não havia trabalho de plantio de cana, cultivavam roça, feijão e algodão. A mulher e os filhos menores também ajudavam a cuidar do sítio; as vezes criavam bodes, porcos, galinhas e até mesmo, excepcionalmente, possuíam uma vaca de leite ou um cavalo. O roçado e as criações complementavam a alimentação e forneciam algum dinheiro empregado na aquisição de vestimentas.”(ANDRADE, 1963, p.112)

Neste trecho verifica-se ainda o predomínio do método empírico descritivo, mas também uma visão crítica do meio de vida do povo do campo, que futuramente dará um impulso a estudo da questão agrária e da geografia crítica.

Já no capítulo quarto, se estabelece as relações de trabalho da pecuária com a ocupação do Agreste, onde é demonstrada como se formou a criação de gados e a atividades dos vaqueiros. A descrição do trabalhador rural e os fazendeiros como ocorriam o desenvolvimento de suas atividades, seus ganhos e despesas, seu deslocamento em busca de trabalho.

É também relatado como foi a transformação da mão de obra escrava negra pelo trabalhador assalariado, principalmente nas áreas de cultivo de algodão e quais foram as implicações desta mudança. “o trabalho escravo não, era, porém, o mais rendoso para a cultura algodoeira. O algodão tinha o ciclo curto, dava trabalho aos negros apenas de maio a dezembro e sua colheita era largamente feita por mulheres...Daí os fazendeiros do Agreste gradativamente substituindo o trabalho escravo pelo livre.”(ANDRADE, 1963, p.147)

A demonstração da sociedade e sua relação, os modos de produção, as culturas da região, mostram a influência de Pierre George que tem seu conceito de região econômica, estuda os modos de produção e que inclui o conceito marxista em suas definições, fala da representação das regiões, da comunidade, diferente de Vidal de La Blache que estuda “o povoamento, o agrupamento e nunca de sociedade” prevalecendo aí a análise das relações Homem X Natureza e deixando de lado as relações entre os seres humanos (relações sociais) (MORAES, 2005, p. 84). Deixando claro que este

sofreu a mudança da geografia tradicional que não dava mais conta de analisar as transformações ocorridas no pós-guerra, pois agora não bastava descrever por si só, mas entender a complexidade das novas relações. Dando uma ênfase especial à paisagem chamando atenção para atividades econômicas, trazendo um compromisso maior com a totalidade e com o conhecimento mais aprofundado da paisagem, valorizando um conceito que vinha caindo em desuso.

No capítulo cinco, onde é focado o Sertão e o litoral setentrional, é demonstrado como a pecuária, por via de latifúndios, foi a grande responsável pela “ocupação” do espaço no nordeste. Ocupação esta conforme mostrado pelo autor que entra em conflito com os povos indígenas que viviam nestas terras do Sertão, verificando um aumento da violência visualizada pelos conflitos no campo (OLIVEIRA, 1996). Estes latifúndios, conseguidos através de influência política ao obterem concessões de terras, as sesmarias, desenvolvendo com isso os maiores latifúndios do Brasil.

A pecuária é classificada como a grande atividade expansionista do nordeste, não apenas pelas ocupações espaciais, mas também por seu papel de abastecimento alimentar e de mecanismos de produção mais simplificado do que os engenhos. Porém de difícil transporte para áreas consumidoras.

As mais importantes cidades do nordeste são Salvador e Olinda, localizadas em regiões litorâneas como locais centrais, concentrando os principais mercados da região. Como por exemplo, é demonstrado que para levar o gado até estes mercados, percorria-se de quinze a vinte dias.

Tanto as caracterizações de ocupação territorial como caracterizações sociológicas da relação trabalhador-latifúndio, são feitas neste capítulo, com observações apenas simples, sem um aprofundamento sociológico envolvendo o Estado, ou necessariamente como denúncia da relação governo-latifúndio, que precariza a vida da população pobre naquela região, como é feito no anexo “As tentativas de solução da questão agrária”.

Na última parte do livro é feito um enfoque aos planos de colonização e as tentativas de organização das massas rurais através das Ligas camponesas e a sindicalização do campo. Desde o século XIX, os governos nordestinos preocupavam-se com os problemas da colonização, ainda que de forma esporádica. Por isso, com os agravamentos das condições de vida do homem do campo e as condições precárias de abastecimento das grandes cidades é a partir de 1960 que são criadas a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste), para todo o Nordeste, e a CRC (Companhia de Revenda e Colonização) voltada ao Estado de Pernambuco.

É importante destacar que até a publicação do livro não havia uma consolidação desses projetos, pois a obra foi lançada pela primeira vez em 1963. Dessa forma, os projetos ainda engatinhavam e somente mostrariam seus resultados a longos prazos, fato criticado pelo autor.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tinha o objetivo de controlar a verba pública e salvar a região das adversidades a que estava submetida. A CRC também tentava orientar a colonização desordenada encaminhando os trabalhadores sem terra para as terras desapropriadas ou devolutas.

Ao mostrar as soluções dadas pela Superintendência e pela Companhia, vê-se a presença do Possibilismo no qual, em linhas gerais, a natureza exercia influência sobre o homem, mas este tinha condições de modificar o meio. Essa questão é constatada quando o autor expõe sua crítica na forma como eram escolhidas as terras a que seriam levadas os sertanejos. Não era dada aos mesmos a possibilidade de melhora, uma vez que as áreas eram de más condições e em grandes distâncias dos centros consumidores.

Quanto às Ligas Camponesas e a Sindicalização dos trabalhadores do Campo, verifica-se na análise do autor uma visão da Geografia Crítica, Marxista. Ele foge da neutralidade e engaja-se a mostrar de forma descritiva toda a conjuntura social, econômica e política vinculada a velha estrutura fundiária.

Como consideração final, é possível perceber que a diferenciação do espaço geográfico ganha força visto que as classificações, descrições e as explicações tornam-se frequentes nos estudos de Manuel Correia de Andrade que sofreu forte influência de Vidal de La Blache e da Geografia Regional Francesa, geografia racionalista e além de ter vivido em um período de transição e renovação da própria disciplina.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 6º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986, 304 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia. Pequena História Crítica. 21º Ed. São Paulo: Editora Annablume, 2007. 152p.

OLIVEIRA, A. U. de. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor edições, 2007, 185 p.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1996, 128 p.

Sites Consultados:

<http://jonashenriquelimawordpress.com/tag/possibilismo-geografico/> acessado em 04/11/2014.

<http://confins.revues.org/6295> acessado em 22/01/2015.

<http://www.mundodosfilosofos.com.br/comte.htm> acessado em 22/01/2015.